

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: PERSPECTIVAS NA FORMAÇÃO EDUCACIONAL PARA ALUNOS SURDOS

DIVA DIAS DOS ANJOS PENNA– anjospenna@outlook.com

EIDIANA SANTOS DE CASTRO– dianasantoscastro@outlook.com

RESUMO

O presente trabalho tem como foco a relação existente entre o professor regente e o professor intérprete para a formação educacional do aluno incluso surdo; assim como, constatar a importância da Língua Brasileira de Sinais para esses alunos. Objetiva investigar as perspectivas desses alunos inclusos e a relação do professor regente e do intérprete da Rede Municipal de Anápolis-GO do Ensino Fundamental I em sua formação educacional. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa e de caráter descritivo, dividida em duas etapas. A primeira etapa consistiu em um levantamento bibliográfico, em bibliotecas e em meios digitais sobre a temática; na segunda etapa realizou-se a coleta de dados através da observação e da aplicação de questionários a professores regentes e intérpretes. A partir dos resultados, pode-se perceber a importância de uma boa qualificação de professores e intérpretes para o atendimento adequado às necessidades de alunos surdos, o que não vem ocorrendo.

Palavras-Chave: Inclusão. Professor regente. Intérprete. Aluno surdo.

ABSTRACT

The present work focuses on the relationship of the regent teacher together with the interpreter teacher for the educational formation of the deaf student. Find out the importance of Brazilian Sign Language for inclusion of these students and how teachers are acting in the classroom in relation to these students. With the objective of investigating the perspectives in the educational formation of these students included in the municipal network of Annapolis-GO of elementary school I. The research is qualitative in character descriptive, having as data collection observation and questionnaires applied to regent teachers and interpreters, also using a bibliographical search in books, digital technological means and authors. To add a contribution in the relevance of a qualification of teachers and the need to have an interpreter teacher that meets the needs of deaf students.

Keywords: Inclusion. Regent teacher. Interpreter. Deaf student.



INTRODUÇÃO

A Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) é uma língua utilizada para a comunicação de pessoas que possuem deficiência auditiva com o reconhecimento oficial do governo brasileiro pela lei 10436/2002. Esta lei define que o aluno surdo deve ser assegurado com direitos, como, estar matriculado em uma instituição escolar que lhe proporcione materiais específicos, uma aprendizagem qualificada e um profissional adequado para mediar à comunicação entre o aluno surdo e o professor em busca de uma interação social.

Este trabalho procura abordar como está sendo desenvolvida a relação de professores regentes e intérpretes com o atendimento educacional de alunos com surdez. Parte de um modelo educacional que visa os principais desafios do aluno surdo incluso no Ensino Fundamental I e que busca aprimorar as diferenças existentes referentes à aprendizagem entre a linguística da língua portuguesa e a da língua de sinais.

Conforme Bartalotti (2006) entende-se que educação inclusiva é uma possibilidade, uma abertura de inserir indivíduos surdos em espaços sociais, além de disponibilizar ao cidadão o acesso a instituições de ensino. Contudo, mesmo amparados pela lei, ainda existem barreiras que impedem a garantia de obter-se um aprendizado de qualidade.

De forma geral, esta proposta busca agregar discussões, de forma específica, entre o professor regente em conjunto com o intérprete quanto à didática e às metodologias que estão sendo empregadas em sala de aula. Também, busca reunir dados e informações com o intuito de abordar algumas questões: Se a inclusão ocorre por força da lei, ela realmente acontece na prática? Verificou-se que a inserção de alunos surdos não vem sendo eficaz no sentido do atendimento educacional especializado nem ao menos por parte dos professores.

Os objetivos específicos tiveram por finalidade identificar como os professores da Rede Municipal de Ensino de Anápolis-GO, estão desenvolvendo as práticas pedagógicas com alunos surdos; assim, como analisar o desenvolvimento de aprendizagem desses alunos a partir da compreensão do seu processo de inclusão nos espaços escolares.

A inclusão com uso da Língua Brasileira de Sinais no Ensino Fundamental I contribui para o fortalecimento dos vínculos e desperta um olhar diferenciado aos alunos surdos. Isso permite que estes possam usufruir do seu direito de aprendizagem, mas é preciso que essa ideia seja propagada e multiplicada para que mais professores se especializem no uso de LIBRAS, podendo, dessa forma, atender mais alunos mediante a conquista de uma cultura



e língua própria. Para entender melhor esse estudo, faz-se necessário um breve relato sobre a origem da linguagem de sinais, a importância do processo de inclusão do aluno surdo, as diferenças impostas pela surdez e o perfil do educador no processo de inclusão.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

ORIGEM DA LIBRAS

A Língua Brasileira de Sinais surgiu com objetivo de atender às necessidades de pessoas com deficiência auditiva. Esse processo percorreu um longo caminho até chegar aos dias atuais, pelo qual, sofreu várias alterações e desafios. Isso se deu, devido a aspectos regionais e familiares ao optarem por métodos diferenciados para comunicação com a pessoa surda.

De acordo com Goldfeld (2002), no passado, pessoas com deficiência auditiva eram criticadas pela sociedade, vistas como castigadas ou enfeitiçadas pelos deuses, com isso, eram abandonadas ou sacrificadas. Até mesmo a bíblia tinha uma visão negativa dessas pessoas, eles viviam em situações sub-humana, nas quais, não haviam compreensão e compaixão pela vida do surdo.

Com base no autor, a surdez e a mudez não eram compreendidas pela sociedade, isso fez com que o sujeito com deficiência ficasse fora do processo educacional. Eles eram maltratados, julgados e não tinha apoio dos grupos sociais, eles eram indivíduos excluídos da sociedade. O ser diferente era considerado como coisa de outro mundo. Conforme Ribas (2007), a crença de que o surdo era uma pessoa primitiva fez com que a ideia de que ele não poderia ser educado persistisse até o século XV. Com isso, o indivíduo não tinha nenhum direito assegurado. Mas, com o passar dos anos, essa mentalidade foi se abolindo, ao passo, que foram surgindo novas leis que davam o apoio necessário às pessoas surdas.

Segundo Guarinello (2007), o século XVIII é considerado o período mais fértil da educação dos surdos, pois o projeto de Inclusão da Língua Brasileira de Sinais existiu em caráter experimental, tendo seus resultados apontados significativamente através do enfoque educacional bilíngue. Nesse momento, houve o envolvimento de atitudes positivas para as pessoas surdas e a língua de sinais. O estudioso ainda ressalta que as experiências foram bem-sucedidas, o que permitiu o aumento da autoestima dos surdos, os quais passaram a ter as mesmas oportunidades dadas aos ouvintes. Apoiado no autor, os surdos passaram a ter



autonomia, o direito de escolha, de expor a sua opinião e a serem críticos. Com isso nota-se a relevância da LIBRAS no processo educacional, surgindo novas propostas pedagógicas em torno dos métodos que viabilizam o atendimento às pessoas com deficiência auditiva.

Afirma a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) 93.94/96, que todo ser humano, independentemente de cor, raça, sexo ou idade, tem direito a educação básica gratuita e que o processo educacional deve ser de qualidade e igualitário, com o objetivo de atender às necessidades particulares de cada indivíduo. Sendo assim, as pessoas que são surdas, também foram incluídas no processo de ensino-aprendizagem.

A Lei nº 10436/02, reconhece a Língua Brasileira de Sinais como meio legal de comunicação e expressão. Portanto, todo sistema educacional deve garantir a sua inclusão nos cursos de formação de educação especial, para garantir a capacitação dos profissionais da educação com a finalidade de atender às necessidades dos alunos surdos, tendo em mente o ensino de LIBRAS.

Baseando-se nas leis, nota-se que a LIBRAS passou a ser parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais, assegurando a inclusão no processo educacional e no atendimento aos alunos com deficiência ou com dificuldades especiais. Portanto, a escola deve ter acessibilidade para atender as demandas da inclusão e o mais imprescindível é que trate esses alunos como sujeitos participativos e não como meros espectadores.

De acordo com Goldfeld (2002), a língua de sinais surgiu através de pesquisas de professores aliadas a uma grande insatisfação por parte dos mesmos no que diz respeito às dificuldades de aprendizagem. E então, com o método oral, deram origem a utilização da língua de sinais e de outros códigos para ter-se um melhor entendimento.

Assim, os profissionais educadores passam a ter um olhar específico para o processo de ensino-aprendizagem e na busca de melhorias para a educação do surdo. Que só foi possível através da compreensão e do diálogo tanto do surdo quanto do ouvinte com finalidade de obter uma educação de qualidade igualitária para todos.

A RELEVÂNCIA DA LIBRAS NO PROCESSO DE INCLUSÃO

A comunicação consiste numa forma de transmitir informações através de símbolos, mímicas, imagens, signos, sons, sinais, entre outros. Todo ser humano necessita da comunicação para compreender fatos e acontecimentos do dia a dia. Entretanto, a linguagem, verbal ou não verbal, terá um papel fundamental no processo comunicativo. Porém, existem



indivíduos surdos, outros mudos, etc. que necessitam de um processo comunicativo diferenciado, pelo qual, se destaca a Língua Brasileira de Sinais.

Conforme Goldfeld (2002) é importante ter a LIBRAS no processo de inclusão atendendo às necessidades das pessoas com deficiência auditiva, mas a linguagem não pode ser apenas um meio de comunicação, e sim, principalmente, uma constituidora do pensamento como um fator essencial para o desenvolvimento cognitivo do indivíduo.

Para Vygotsky (1988), o conceito de fala se refere à linguagem em ação, à produção linguística do falante no discurso, sendo que há três tipos de fala: a social, a egocêntrica e a interior. Com isso, prioriza-se a compreensão do diálogo, com a finalidade de se ter sentido para o indivíduo em vista da valorização do contexto em que ele esteja inserido.

Assim sendo, os autores percebem que no processo de inclusão, a LIBRAS, além de ser relevante, deve ser trabalhada de modo significativo para o indivíduo ao abordar os aspectos sociais, culturais, favorecendo o processo de ensino-aprendizagem do aluno surdo. A linguagem deve ir além da comunicação, ela deve ser vista como algo que faça sentido para o sujeito, valorizando o contexto de vida do aluno ao levar em consideração a sua idade, o seu nível de aprendizagem, e o mais importante, o entendimento das ações e do diálogo em proveito do aprendizado e do desenvolvimento do sujeito. Segundo Goldfeld (2002, p.106)

A comunicação total diz que cada surdo, depende de sua história, terá como língua materna a língua oral ou a libras. É importante lembrar que para a comunicação total não é imprescindível a aquisição plena da libras. Sendo que a língua materna de todo surdo é a libras, já que ele pode aumentar seu conhecimento, é na qual ele se sente mais à vontade.

Nota-se que a comunicação oral, ou a LIBRAS, tem total importância para o surdo. Porém, ele terá total flexibilidade para escolha. Os pais, também, são interlocutores desse sujeito, pois são responsáveis pela comunicação transmitida ao filho surdo. Nesse sentido, tem-se a necessidade de se considerar as especificidades de cada aluno incluso na sociedade, porque estas implicam diretamente no processo de ensino aprendizagem.

De acordo com Merselian (2011), a língua de sinais pode ser considerada a grande saída para evitar os atrasos de linguagem, cognitivo e escolar das crianças surdas. Porém ainda existem alguns desafios políticos e econômicos que a impede de ser abordada. Exemplo disso, é que ainda existem escolas que não têm intérpretes, e muitas que têm oferecem apenas um intérprete para mais de um surdo.

Conforme o teórico existe alguns desafios que impedem a qualidade educacional no processo de inclusão e no uso da língua de sinais. Isso em razão de, na maioria das



instituições de Ensino Fundamental I, faltarem profissionais qualificados, estrutura física adequada, verbas para suprir as necessidades da escola e dos sujeitos, e outros fatores que impedem a melhoria no processo de inclusão. Pois o que se entende de inclusão é fazer com que o indivíduo possa se tornar um ser ativo, que participa e interaja com o meio em que está inserido.

AS DIFERENÇAS QUE A SURDEZ IMPÕE

Os surdos são diferentes dos ouvintes, mas também existem diferenças entre eles próprios. É preciso que fique claro que não existe um modelo específico de surdo, pois cada um tem suas individualidades. Diante disso, é pertinente que se tenha um olhar particularizado para os indivíduos com necessidade auditiva.

Os adolescentes e adultos surdos sejam moralizados ou não, demonstram bastante necessidade de conviver com outros surdos. É comum encontrarmos em instituições surdos que passaram com sucesso pelo oralismo e na idade adulta sentiram necessidade de aprender a libras e integrar-se na comunidade surda. Essa necessidade de integração, de estar próximo dos outros surdos, falar de assuntos pertinentes a sua realidade, já é uma razão de extrema importância para que a libras seja oferecida as crianças surdas desde pequenas (GOLDFELD, 2002, p. 100).

Conseqüentemente, o pesquisador observa que a LIBRAS deve ser oferecida para o indivíduo desde a sua infância para uma melhor internalização da língua a ser aprendida. Com o indivíduo que conviveu apenas com a oralidade, tem-se uma realidade diferente ao se apropriaram da Língua de Sinais. Por conseguinte, acaba havendo uma junção das duas formas de se comunicar, o que pode vir a ocorrer dificuldades em ambas as partes. Por isso, o viável é que o sujeito se aproprie da LIBRAS ainda quando criança, isso para facilitar o processo de aprendizagem. De acordo com pesquisa realizada com professores no ano de 2016, sintetizam-se os seguintes resultados:

A Libras é a língua deles mesmo! Nós, ouvintes, precisamos entender melhor a Libras para podermos nos comunicar. Enquanto tiver essa barreira de comunicação da nossa parte para eles, eles vão ficar sempre acuados, esperando alguém chegar perto, sem aquela força de se expressar. Apesar da língua deles abranger tudinho. Mas nós somos a maioria e a maioria oprime... Oprime a língua deles (MENDES; NUNES 2016, p.38).

Os educadores mencionam que é necessária uma compreensão da comunicação que inclua todos os aspectos possíveis para melhor entendimento da língua de sinais e, conseqüentemente, para uma melhor interação entre ouvinte e falante.



Para Fernandes (1989, p. 38), “Quando os professores recebem um aluno surdo na sala de aula, sua preocupação inicial está em saber como vai ser a comunicação com entre eles. A informação clínica sobre o seu grau de surdez não aponta ideias práticas de comunicação entre o professor e o aluno surdo”.

Segundo Silva et al. (2009), é fundamental que o professor promova vários tipos de interação com aluno para obter o desenvolvimento integral da criança ao se abordar os aspectos social, intelectual e cognitivo. Além disso, o professor deve manter uma boa relação com o aluno, procurando incluí-lo em sua metodologia, suas atividades, seus diálogos e seus debates em sala de aula.

Mediante os autores, a educação inclusiva requer uma atenção específica, pela qual, o educador deva se apropriar de meios e recursos adequados para atender às necessidades do aluno, de acordo com sua idade e nível de aprendizagem. Ainda vale ressaltar que é muito importante o uso de metodologia, de didática e de planejamentos apropriados para o aluno surdo.

De acordo com Ribas (2007), a inclusão de alunos surdos na sala de aula vai além de somente incluir, mas consiste na participação deste indivíduo nas atividades desenvolvidas e na viabilização da boa interação entre o professor e o aluno. Pois é essencial para a criança estar envolvida em um contexto comunicativo recebendo uma educação de qualidade sem receio ou preconceito.

Alicerçado no autor, a escola é um local que promove aprendizagem e ensinamento social e intelectual com finalidade de promover a construção de identidade do sujeito. É preciso incluir todos no processo de ensino-aprendizagem, procurando atendimento às necessidades dos indivíduos que ali estão inseridos. No entanto, devem-se respeitar as diferenças e a diversidade existente no contexto escolar ao atender todos os sujeitos independentemente de serem surdos ou ouvintes.

Segundo Serralha (2013), o próprio conceito de deficiência é um conceito culturalmente formado. A criança surda não se sente diferente, por isso, deve ser tratada com igualdade, porque, mesmo havendo algum tipo de dificuldade, elas interagem com o meio e, com isso, se apropriam das atividades e conteúdos elaborados em sala de aula. O professor necessita planejar suas aulas com a finalidade de proporcionar a interação e a participação de todos a favor do desenvolvimento contínuo do aluno.

Com base no autor, a escola deve planejar a rotina de acordo com as necessidades dos alunos. O que consiste em um olhar especificado para prática educacional e para a própria



elaboração do currículo escolar. Também é imprescindível um olhar atento para as políticas públicas educacionais, no sentido de forçarem e promoverem um sistema de ensino com qualidade e que envolva os quatros pilares da educação: aprender a conhecer, fazer, viver e ser.

Conforme Jacques (1996) no relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI: aprender a conhecer requer uma cultura geral, suficientemente vasta, significando aprender a aprender e beneficiando as oportunidades oferecidas pela educação recebida durante toda a vida; aprender a fazer, adquirindo uma qualificação de uma maneira mais ampla, tornando a pessoa apta a enfrentar inúmeras situações e possibilitando o trabalho em equipe; aprender a viver, desenvolvendo a compreensão do outro como a realização de projetos; aprender a ser é desenvolver a sua personalidade construindo a capacidade de autonomia e responsabilidade, promovendo meios, recursos e profissionais aptos capacitados. Conforme pesquisa realizada no ano de 2010 observa-se a seguinte situação:

Tendo como referência os dados obtidos, pode-se perceber como é de extrema importância e urgência medidas que sejam tomadas, no sentido de promover uma verdadeira inclusão escolar dos surdos, o que implica repensar, também, o que vem a ser uma educação de qualidade para os surdos, porque não basta a sua inclusão no sistema escolar; estes têm que conseguir ficar e terminar o ensino, já que, dos pouquíssimos que conseguem estudar, apenas 3% terminam o ensino médio, como evidencia-se nos dados são 5.750.805 pessoas com surdez com idade de 0 a 24 anos idade nem todos conseguem concluir seus estudos (DILLI, 2010, p. 57).

Percebe-se que são muitos os alunos com surdez e pouco rendimento escolar, ou seja, nem todos conseguem concluir seus estudos. Fica assim, a compreensão de que não é somente incluir o indivíduo na sala de aula, mas incluí-lo como um ser participativo das atividades programadas em sala de aula.

Educar é ir além das teorias, consiste em inserir o sujeito nas práticas pedagógicas respeitando suas necessidades, dificuldades, realidade vivida; é ter o aluno como um ser participativo, integrante do processo educacional e incluí-lo nos aspectos sociais, na prática, respeitando os seus limites, a sua cultura, as suas particularidades em favor da educação inclusiva e igualitária para todos.

PERFIL DO EDUCADOR NO PROCESSO DE INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO DE SURDOS



Quando fala-se em inclusão não está referindo em apenas incluir o indivíduo no processo educacional ou na sociedade, pois incluir significa muito mais que fazer com que o sujeito seja um ser que participa das ações, interações, práticas educacionais. Como já fora mencionado, o aluno mesmo sendo surdo não se sente diferente dos outros por isso deve ser tratado com igualdade e respeito.

De acordo com Mendes da Silva e Nunes Henrique Silva (2016), o acesso do aluno surdo na escola faz com que toda equipe de professores, gestores, coordenadores, pais, alunos e comunidade repensem suas práticas educacionais como um todo. Entretanto, a escola que tem em seu currículo a língua de sinais deve abordar também a leitura e a escrita e esse processo é diferente porque as línguas são diferentes levando-se em conta suas especificidades.

Para Moura, Campos e Vergamini (2011), o sistema ortográfico neutraliza a variação linguística na escrita, criando relação complicada entre letra e sons. Conseqüentemente, exigindo a competência do professor e dedicação do aluno no processo de alfabetização e compreensão do diálogo. O educador é visto como alguém que conduz e aponta aquele que aprende, que estimula o aprendizado e proporciona interesse ao aluno.

Com base nos autores, o professor, ao receber uma criança na sala de aula, deverá apropriar-se do contexto do sujeito com finalidade de compreender suas necessidades, além disso, ser flexível com a rotina e a prática pedagógica, tendo em vista um planejamento das aulas, didática, metodologia específica, tratando o aluno como sujeito participativo e não como telespectador. De acordo com a pesquisa campo realizada no ano de 2015, nota-se a seguinte situação:

Duas alunas elencaram alguns problemas existentes na interação com os professores e com os intérpretes de Libras. Questionamos às alunas sobre a educação inclusiva e a inserção dos alunos surdos na sala de aula com os alunos ouvintes. O trecho abaixo apresenta a resposta a de uma das alunas: O grande problema que percebo é que a educação inclusiva não dá conta de atender a todas as diferenças em sala de aula, porque os professores não têm formação adequada. Acredito que seja possível estudar com alunos ouvintes, sim. Mas o ideal seria que as aulas fossem em Libras ou que pelo menos os professores e alunos soubessem se comunicar comigo e com as outras colegas surdas por meio da Língua de Sinais. Eu aprendo da mesma maneira que os meus colegas, a única diferença é que a minha língua é diferente da língua deles. E a surdez compreende também a minha cultura, identidade e a valorização da Libras”. Aluna do ensino médio (LEITE, 2015, p. 10).

Ressalta-se que a atuação do intérprete em sala é primordial no processo de inclusão do aluno surdo aplicando práticas educativas que propicie uma comunicação em LIBRAS entre o surdo e os demais colegas.



Conforme Espote (2013), no caso dos surdos, há uma grande dificuldade no ato de comunicar, o que exige que o outro esteja disposto a entendê-lo, apresentando uma maneira típica de comunicação, que na ausência da fala, é feita de gestos e ruídos. Com isso, o educador deve estar apto, capacitado, para lidar com todas as situações possíveis, sempre mantendo boa relação com seu aluno, tendo em vista um processo contínuo de interação.

De acordo com o autor, a relação professor/aluno é fundamental para a aprendizagem do indivíduo, pela qual, o educador deverá abordar os aspectos sociais e intelectuais com a finalidade de promover a construção de identidade e o desenvolvimento contínuo do aluno. Isso, em benefício da formação de futuros cidadãos que saibam expressar, comunicar, interpretar e compreender o mundo a sua volta.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo tem o propósito de demonstrar a importância da Língua Brasileira de Sinais para os alunos surdos e como os professores estão atuando em relação a esses docentes inclusos em sala de aula.

A pesquisa constitui-se de natureza qualitativa com intuito de agregar uma contribuição para a importância da qualificação de professores e de ter um professor intérprete para atender às necessidades de alunos surdos.

Para o desenvolvimento da pesquisa, foi realizado o levantamento bibliográfico para sustentação do estudo. Para isso, utilizamos livros impressos, como também, meios tecnológicos digitais, aos quais recorreremos para pesquisar alguns dos seguintes autores: Felipe, T; Monteiro, M. (2009), Fernandes (1989) Goldfeld (2002), Guarinello (2002), Brasil (2002), Serralha (2013), Mendes da Silva (2016), Ribas (2007), Vygotsky (1988).

A pesquisa de campo se deu por meio de questionário e observação no Ensino Fundamental I da Rede Municipal de Anápolis, situadas nas regiões Noroeste, Leste e Central da cidade. A pesquisa envolveu alunos de ambos os sexos com idades de sete (7) a nove (9) anos, professores regentes e intérpretes que compõe o quadro da instituição escolar.

As instituições de ensino da rede Municipal de Anápolis estão, conforme o Projeto Político Pedagógico (PPP), constituindo-se da seguinte caracterização: a maioria das escolas possui o total de 150 alunos, com exceção de uma, que possui o total de 310 alunos; contêm salas de aulas, diretoria, sala de professores, biblioteca, banheiro masculino e feminino,



quadra de esporte, cozinha e salas para atendimento especializado de alunos de inclusão (AEE). Há, aproximadamente, 50 a 60 funcionários que trabalhando nas instituições.

A coleta de dados foi efetivada com a autorização das escolas campo, por meio de questionário formulado para professores regentes e intérpretes das instituições e também por períodos de observações no turno vespertino com duração de quatro horas diárias durante duas semanas. Foram distribuídos questionários para cinco professores regentes e para cinco intérpretes no Ensino Fundamental I com as seguintes perguntas:

1-Qual a sua formação acadêmica e quanto tempo estão inseridos (a) em sala de aula?

2-Qual a sua opinião sobre a Educação Inclusiva? Cite pontos positivos e negativos.

3-Possui alguma formação específica em alguma área de Educação Inclusiva?

Professor/Intérprete.

4-Em relação à professora Intérprete, qual formação e quanto tempo atuam em sala de aula?

5-Você acha que o aluno de inclusão tem a garantia de obter um bom desenvolvimento ao frequentar uma sala de aula de ensino regular? Discuta.

6-Como você percebe a interação dos alunos ouvintes em relação ao aluno incluso surdo?

7-Quais os tipos de metodologias aplicadas em sala de aula em relação ao aluno surdo?

8-Quando o professor intérprete falta, como é a comunicação do professor regente com o aluno surdo?

Como já foi dito, foram aplicados cinco questionários, contendo oito perguntas discursivas. As questões, respondidas de forma espontânea, tiveram os dados coletados e averiguados para análise posterior.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Cabe ressaltar que é necessário demonstrar que a formação do pedagogo não contempla uma habilitação total em LIBRAS, mas sim, oferece como apenas uma disciplina do currículo, cujo aprendizado se faz somente de alguns símbolos e gestos. Isto abre ao questionamento de sua atuação em sala de aula enquanto docente para alunos com surdez.



Nessa perspectiva, firma-se a necessidade da busca da qualificação profissional para atender o aluno de inclusão.

A partir de questionários aplicados em cinco instituições escolares, são apresentadas as análises dos resultados obtidos. Para análise dos questionários dos professores e intérpretes, eles foram identificados por códigos PR (Professor Regente) PI (Professor Intérprete). As perguntas de número 1, 3 e 4 são perguntas sobre o perfil de cada um. Assim, os Professores Regentes são graduados em Pedagogia e possuem Pós-Graduação em Gestão de pessoas, Psicologia Organizacional, Pós-Graduação em Psicopedagogia Clínica e institucional. Um professor, em específico, busca a qualificação em cursos referentes à inclusão, atuando em sala de aula com alunos entre três e treze anos; os professores intérpretes são graduados em Pedagogia, com Pós-Graduação em Educação Especial, com ênfase em LIBRAS, e curso básico em LIBRAS. As questões terão respostas referentes à professores regentes e intérpretes.

O período de observação deu-se em cinco dias em cinco escolas da rede pública municipal de Anápolis-GO, com períodos de quatro horas com o intuito de não interferir no planejamento do professor, observando como é a relação dos professores regentes e dos intérpretes com o aluno surdo, e a metodologia e a didática utilizada por aqueles.

Percebeu-se que no período de observação, a relação entre professor, intérprete e o aluno surdo não possui uma harmonia com as atividades aplicadas em sala. Sendo que, o aluno de inclusão surdo é meramente um copista, não decodificando o que está sendo ensinado, com adaptação somente nas avaliações. Ao observar a interação dos alunos ouvintes com o aluno surdo nota-se uma convivência amistosa.

Na questão número 2: “Qual sua opinião sobre a educação inclusiva? Cite pontos positivos e negativos.” Obteve-se as seguintes respostas:

PR1 e PR2 - Positivos, os professores relataram que a inclusão é necessária, porém nos pontos negativos relataram que a educação inclusiva seria bem melhor se fosse executada conforme a lei.

PR3- Positivos, é de suma importância, pois o indivíduo se sentirá acolhido não diferenciado e a partir daí, sentirá mais seguro para enfrentar os obstáculos, limitações e dificuldades. Negativos, a falta de intérpretes para atender a todos ou falta de profissionais competentes e comprometidos com a inclusão.

PR4- PR5- Positivos. Relataram que a inclusão propicia a interação com alunos com ou sem deficiência. Negativos, a falta de profissionais qualificados.

PI1 e PI2- Responderam de forma geral os pontos positivos e negativos: Infelizmente a educação inclusiva na atualidade ainda é ilusão, o aluno é jogado nas salas de aula sem ser alfabetizado em libras, dificultando assim o aprendizado e a comunicação com o professor regente, contudo o intérprete se vê limitado.

PI3 e PI4- Escreveram que os pontos positivos são: respeitar a diferença do outro, repassando que somos todos iguais. Negativos, a falta de profissionais capacitados.



PI5- Positivos. Melhora a oportunidade do aluno com deficiência ou problemas de aprendizagem. Negativos, o sistema não preparou profissionais de apoio a inclusão e os coloca em sala de aula sem formação.

Perante as respostas, analisou-se que as professoras regentes e os intérpretes defenderam a inclusão, desde que aconteça de maneira correta, conforme a LDB de 93.94/96 Art.59, que assegura o direito dos alunos de inclusão tendo um currículo diferenciado, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades. Segundo Goldfeld (2002), quando se inicia uma aprendizagem, necessita-se de uma forma de comunicação com a língua de sinais para alunos surdos mediante uma interação entre o ouvinte, promovendo, por conseguinte, um desenvolvimento e uma relação social. Conforme a Constituição Federal (2008):

O atendimento educacional especializado identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando as suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela.

Percebe-se que todo sistema educacional deve garantir a inclusão de alunos com deficiência, atendendo as necessidades dos alunos surdos que devem ser amparados por toda a instituição escolar disponibilizando materiais adaptados para o desenvolvimento e que haja uma aprendizagem significativa.

Na questão de número 5: “Você acha que o aluno de inclusão surdo possui garantia de um bom desenvolvimento quando inserido em sala de aula regular? Discuta.”

PR1- Sim, desde que ele tenha uma pessoa qualificada, no caso do surdo, uma intérprete e acompanhamento do Atendimento Educacional Especializado (AEE). Trabalhar junto com a professora, ministrar aulas mais visuais, dinâmicas e expositivas.

PR2- Não. Eu vejo que não pode haver inclusão verdadeira quando o aluno é obrigado a se comunicar em uma perspectiva ouvinte sendo ela totalmente diferente.

PR3 e PR4- O desenvolvimento do aluno acontece quando é acompanhado com profissionais adequados.

PR5- Não, devido à falta de profissionais adequados.

PI1, PI3 e PI4- Sim, desde que tenha um acompanhamento com profissionais capacitados, à interação social possibilita uma troca de conhecimentos.

PI2- Não. Eu vejo que não pode haver inclusão verdadeira quando o aluno é obrigado a se comunicar em uma perspectiva ouvinte sendo ele totalmente diferente.

PI5- Acho que suas chances são maiores, porém o problema vem da alfabetização inexistente.



Através da visão de alguns professores, percebe-se que muitos possuem uma mesma perspectiva: desde que possua um profissional especializado para atender todas as suas dificuldades e que possa desenvolver um trabalho em conjunto com o intérprete. No entanto, houve um professor em específico, que relatou que a inclusão para alunos surdos força a comunicação diferente com o aluno ouvinte. Segundo Mendes, Figueiredo e Ribeiro (2015, p.40),

O processo de inclusão requer práticas educativas que apontam para qualidade das relações estabelecidas no espaço escolar, o domínio e o uso da Língua de Sinais pelos professores e interprete é condição necessária, porém não suficiente para que a inclusão seja bem-sucedida.

Entende-se que a inserção do aluno de inclusão em escolas regulares requer uma atenção especial e especializada, exigindo dos professores a qualificação e estratégias diferentes e uma maior atenção, priorizando a aprendizagem para alunos surdos.

Na questão de número 6: “Como você percebe a interação dos alunos com deficiência (surdo) com os demais alunos?”

PR1-Normal, a turma precisa estar consciente das necessidades do colega, claro que tem alguns que rejeitam o aluno, mas a maioria tenta ajudar e interagir com o aluno surdo.

PR2, PR3, PR4 e PR5- Acho satisfatório. Os alunos estão abertos a isso. Nós professores precisamos proporcionar essa interação também.

PI1, PI2, PI3 e PI4- A interação social acontece normalmente, as crianças são bem receptivas.

PI5- Na sala que trabalho 50% dos colegas se comunica por gestos, mas conseguem sorrir, brincar, jogar bola etc.

Sobre a interação nas escolas regulares os professores relataram que a interação acontece de forma espontânea. Em relação aos alunos de inclusão, ocorrem alguns casos isolados de rejeição por parte de alguns discentes, no entanto há alguns indivíduos que rejeitam alunos com deficiência como o aluno surdo por não conseguir se comunicar gerando impaciência e apresentando uma forma de preconceito desconstruindo o sujeito no meio educacional.

Segundo Silvestre e Lourenço (2013), a interação de alunos vem de um processo, pelo qual, o aprendizado acontece de forma mais facilitada, possibilitando o desenvolvimento no âmbito cognitivo, psicológico, social, cultural e, principalmente, na interação social, relevando suas experiências já adquiridas.

Na questão de número 7: “Quais tipos de metodologias aplicadas em sala de aula em relação ao aluno surdo?”



PR1-Aulas visuais [vídeos e imagens] relacionadas ao tema, já que a percepção visual é mais desenvolvida no aluno surdo. Explicar conceitos e exemplos, procurar adaptar certas atividades e provas.

PR2-Auxílio da intérprete. Procura interagir com ele através da leitura labial e de alguns sinais que sei.

PR3-Utilizamos sempre a libras e matérias impressas em libras e também na linguagem regular para que ele tenha acesso às outras maneiras de comunicação.

PR4 e PR5- Procuramos estar sempre em conjunto com a intérprete elaborando atividades visuais para que o aluno tenha um melhor aprendizado.

Perante as respostas dos professores, no que diz respeito à metodologia aplicada em sala de aula, nota-se que todos descreveram que necessitam do uso de materiais próprios, adaptando as atividades e avaliações de acordo com o aluno de inclusão (surdo).

De acordo com Gonçalves e Festa (2013), em uma escola regular, com alunos surdos, deve-se haver uma adaptação nas formas de ensino, nas metodologias aplicadas se as avaliações devem ser condizentes com a necessidade do discente. É fundamental que os trabalhos elaborados, também, promovam a interação com os alunos em sala de aula garantindo e oportunizando ao aluno surdo as mesmas igualdades dos ouvintes. É de suma importância que os professores regentes procurem sempre estar se qualificando para empregar o uso de novas estratégias de ensino para atender as necessidades dos alunos surdos.

Na questão número 8: “Quando o professor intérprete falta, como é a comunicação da professora regente com aluno surdo?”

PR1- A professora sabe os sinais básicos tipo o sinal das disciplinas a serem trabalhadas, os sinais de copiar, sentar, banheiro, água e etc. Podendo ainda contar com os colegas que procuram sempre ajudar o aluno.

PR2, PR3, PR4 e PR5- Através da linguagem de sinais, leitura labial e ajuda de outros alunos.

Conforme Palma (2012), reflete-se que a inclusão pode ser vista como uma estratégia educativa pedagógica, que exige pressupostos para ocorrer, de fato, a inclusão de alunos surdos em um ambiente escolar e desenvolver estratégias de comunicação entre ambos. De acordo com os resultados obtidos, é necessário que ocorra a mediação da comunicação entre o professor e o aluno surdo, obtendo o domínio da língua brasileira de sinais. Em relação às respostas obtidas, percebe-se que todos os professores regentes não dominam a língua de sinais, executando somente sinais simples. Segundo Goldfeld (2002),

A distinção entre linguagem e fala não é muito clara, ao menos nas traduções. O importante é ter a noção de que o termo fala não se refere ao ato motor de articulação dos fonemas e sim a produção do falante que deve ser sempre analisada



na relação de interação, no diálogo. O termo linguagem tem um sentido bastante amplo, linguagem é tudo que envolve significação, que tem um valor semiótico e não se restringe apenas a uma forma de comunicação. É pela linguagem que se constitui o pensamento do indivíduo.

É de grande valia que o professor regente busque se qualificar para uma melhor apropriação da língua de sinais, obtendo, dessa maneira, uma interação constante e eficaz com o aluno surdo, não contentando-se somente com gestos básicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O aluno de inclusão tem o direito garantido e amparado por lei em ingressar em uma escola regular, que vise o respeito contínuo e assegure o desenvolvimento da aprendizagem e interação com o outro, além de ter a LIBRAS reconhecida, oficialmente, como meio de comunicação do aluno surdo.

Destaca-se que a interação social entre os alunos, sendo amistosa, durante as aulas e o período de recreação, sem haver qualquer tipo de exclusão, possibilita ao aluno incluso o desenvolvimento no âmbito cognitivo, afetivo, cultural e social com a relevância nas experiências já adquiridas.

Para se ter um bom desenvolvimento no processo de inclusão, as instituições escolares devem possuir uma estrutura voltada para atender as necessidades de todos os alunos de forma adequada para a promoção de uma intensa aprendizagem.

Contudo, faz-se importante a presença do professor intérprete para um acompanhamento do aluno surdo, como um canal de comunicação entre o professor regente e o discente adequando materiais pedagógicos e utilizando didáticas diferenciadas e priorizadas e explorando a comunicação para os alunos surdos.

Com a interação entre o professor regente e o aluno surdo, requer-se uma comunicação que provém de gestos básicos usados diariamente. Com isso, há a necessidade da busca de uma qualificação especializada para melhor entendimento das diferenças linguísticas e culturais do sujeito, além de obter uma perspectiva de dominar o saber crítico permitindo a interpretação e reconhecendo de forma diferente no processo avaliativo diferenciado dos demais alunos. Entretanto é preciso indagar que o aluno surdo apresenta condições linguísticas diferentes e desenvolva estratégias assertivas voltada para a comunicação em libras.



A discussão sobre a educação inclusiva leva a concluir que a formação ou qualificação de professores é necessária, considerando as particularidades de cada aluno. Ressalta-se que a falta de profissionais qualificados, como intérprete, implica na ausência de uma aprendizagem significativa.

Em síntese, na pesquisa desenvolvida, foi possível observar que o aluno de inclusão surdo requer de didáticas específicas e metodologias diferenciadas, caracterizadas sempre por experiências visuais, mostrando que há muito por ser feito. Apesar dos impasses e das dificuldades relacionadas à construção de conceitos e aprendizagem, nada pode ser feito sem a formação de profissionais capacitados para lidar com a demanda educacional e da sociedade.

REFERÊNCIAS

BARTALOTTI, Celina Camargo. **Inclusão Social das Pessoas com deficiência: utopia ou possibilidade?**. São Paulo: Paulus, 2006, p.12.

BRASIL. **LEI n° 9.394** de 20 de dezembro de 1996. Capítulo V: da Educação Especial.

Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2017.

BRASIL. **Lei n. 10.436**, de 24 de abril de 2002. Legislações citada anexada pela coordenação de estudos legislativos – cedi. Disponível em:

<<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/821803.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2017.

CAMPOS, S. R. L. de; MOURA, M. C.; VERGAMINI, S. A. A. **Educação para Surdos: Práticas e Perspectivas II**. São Paulo: Santos, 2011. p. 20.

DILLI, Karoline Silveira. **A inclusão do surdo na educação brasileira**. 2010,

p.58. Disponível em: <[Leitehttp://tcc .bu.ufsc.br/Ssocial290999.pdf](http://tcc.bu.ufsc.br/Ssocial290999.pdf)> acesso em:21/11/2017.

ESPOTE, Roberta; SERRALHA, Conceição Aparecida; SCORSOLINI-COMIN, Fabio.

Inclusão de surdos: revisão integrativa da literatura científica. **Psico-USF**, v. 18, n. 1, p. 77-88, 2013, p.78.



FELIPE, T; MONTEIRO, M. **Libras em contexto**. Constituição Federal de 1988. Brasil:,MEC?SEESP, 2009. p. 23

FERNANDES, Eulália. **Problemas Linguísticos e cognitivos do surdo**. Rio de Janeiro: Agir, 1989.p.12.

GOLDFELD, Márcia. **A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sócio-interacionista**. ed. 7. São Paulo: Plexus Editora, 2002.

GONÇALVES, Humberto Bueno; FESTA, Priscila Soares Vidal. Metodologia do professor no ensino de alunos surdos. **Ensaio Pedagógico (Curitiba)**, v. 6, p. 3, 2013.

GUARINELLO, Ana Cristina. **O papel do outro na escrita de sujeitos surdos**. São Paulo: Plexus Editora, 2007. p,22.

JACQUES, Delors et al. Educação: um tesouro a descobrir. **Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI**. São Paulo: Cortez, 1996, p.101.

LEITE, Letícia de Sousa. **A formação de professores para a educação inclusiva dos alunos surdos: um estudo de caso**. 2015. p. 10.

MENDES DA SILVA, Carine; NUNES HENRIQUE SILVA, Daniele. Libras na educação de surdos: o que dizem os profissionais da escola?. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 20, n. 1, 2016. p. 36.

MENDES; FIGUEREDO; RIBEIRO. Inclusao_alunos_surdos. 2015. P. 40. Disponível em:<1 http://www.cairu.br/riccairu/pdf/artigos/2/03_>. Acesso em: 10 out. 2017.

MOURA, CAMPOS, VERGAMINI: Educação para Surdos: Práticas e Perspectivas II. SãoPaulo: Santos, 2011 p. 20

PALMA LIBRAS. **Instrumento de Inclusão Escolar do Aluno Surdo**. 2012. p. 20 Disponível em:<WWW.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2013>. Acesso em:10 nov. 2017.



RIBAS, João. **Preconceito contra as pessoas com deficiência: as relações que travamos com o mundo**. São Paulo: Cortez, 2007. p. 30.

SERRALHA, Conceição Aparecida. **A Inclusão de surdos: revisão integrativa da literatura científica**. 2013. p. 79. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/pusf/v18n1a09.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2017.

SILVA, Silvana Correia et al. As contribuições da psicologia na educação de surdos: o caso do Centro de Educação Especial do estado da Bahia. **Educação inclusiva, deficiência e contexto social: questões contemporâneas**, 2009. p. 173.

SILVESTRE, Carolina Oliveira Jimenez; LOURENÇO, Erica Aparecida Garrutti de. A interação entre crianças surdas no contexto de uma escola de Educação Infantil. **Revista Educação Especial**, v. 26, n. 45, 2013.

TAVARES MERSELIAN, Kátia; VITALIANO, Celia Regina. Análise das condições organizadas em uma escola para promover a inclusão de alunos surdos. **Revista Lusófona de Educação**, n. 19, 2011.

VYGOTSKY. **Considerações sobre a Construção da Narrativa pelo Aluno Surdo**. São Paulo: Plexus Editora, 1998 p.



APÊNDICES

APÊNDICE A – Questionário apresentado aos Professores Regentes e aos Intérpretes de escolares regulares no Ensino Fundamental I.

Entrevista de Pesquisa de Campo referente ao trabalho de conclusão de curso em graduação de Pedagogia, cujo tema: Educação Inclusiva com alunos surdos. Agradecemos a colaboração dos respondentes em estar colaborando com a nossa pesquisa campo.

Questionário de Pesquisa Campo:

- 1- Qual a formação acadêmica e quanto tempo estão inseridos como regente em sala de aula? Professor/intérprete.
- 2- Qual sua opinião sobre a educação inclusiva? Cite pontos positivos e negativos.
Professor/Intérprete.
- 3- Possui alguma formação específica em alguma área de educação inclusiva?
Professor/Intérprete. Cite.
- 4- Em relação à Intérprete/Libras, qual a formação acadêmica e quanto tempo atuam em sala de aula?
- 5- Você acha que o aluno de Inclusão possui garantia de um bom desenvolvimento quando inserido em uma sala de aula regular? Professor/aluno. Discuta.
- 6- Como você percebe a interação dos alunos com deficiência (surdo) com os demais alunos?
- 7- Quais tipos de metodologias aplicadas em sala de aula em relação ao aluno surdo?
Professor/Interprete.
- 8- Quando o professor interprete “falta”, como é a comunicação da professora regente com o aluno surdo? Professor.



ANEXOS

ANEXO B – LEI Nº 10.436, DE 24 DE ABRIL DE 2002.

Lei de Libras - Lei 10436/02 | Lei Nº 10.436, de 24 de abril de 2002

Regulamento

Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Líbras e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Líbras e outros recursos de expressão a ela associados.

Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.

Art. 2º Deve ser garantido, por parte do poder público em geral e empresas concessionárias de serviços públicos, formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais - Líbras como meio de comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil.

Art. 3º As instituições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos de assistência à saúde devem garantir atendimento e tratamento adequado aos portadores de deficiência auditiva, de acordo com as normas legais em vigor.

Art. 4º O sistema educacional federal e os sistemas educacionais estaduais, municipais e do Distrito Federal devem garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e superior, do ensino da Língua Brasileira de Sinais - Líbras, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs, conforme legislação vigente.

Parágrafo único. A Língua Brasileira de Sinais - Líbras não poderá substituir a modalidade escrita da língua portuguesa.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 24 de abril de 2002; 181º da Independência e 114º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Paulo Renato Souza

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 25.4.2002

Link:<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Leis/2002L10436.htm>

